

## GÊNERO E RAÇA: ENTRE O DEBATE E A URGÊNCIA SOCIAL

*Gender and race: between discussion and social urgency*

**Anna Lígia Alves Coelho**

Universidade Federal de Goiás

**Evellyn Albernaz Soares**

Universidade Federal de Goiás

### RESUMO

A discussão sobre como gênero e raça modelam o espaço social brasileiro e precisa começar do ponto em que se pensa que não são apenas questões de identidade ou casos passageiros, mas como bases que organizam a vida social, política e econômica. Sendo assim, o presente texto estrutura-se a partir de uma leitura acerca do debate entre gênero e raça, numa perspectiva da ciência geográfica como referência de análise. Além da revisão bibliográfica de conteúdo, por meio de artigos e pesquisas, o texto contém a descrição da vivência acerca do racismo como ação no cotidiano de uma das autoras, tendo em vista que a mesma parte do seu lugar de fala é experienciado. O artigo justifica-se pela importância em debater temas como gênero e raça, no que tange a formação socioespacial brasileira e no combate de racismo cotidiano e estrutural.

**Palavras-chave:** Raça; Gênero; Racismo estrutural.

### ABSTRACT

The discussion on how gender and race structure Brazilian social space requires starting from the recognition that these are not merely identity-based or circumstantial dimensions, but axes of organization of social, political, and economic life. Accordingly, the text is structured around an examination of the debate between gender and race, from the perspective of geography as a reference for analysis. In addition to a literature review of the subject, through articles and research, the text includes the description of lived experiences of racism in the everyday life of one of the authors, considering that her standpoint is directly shaped by such experiences. The article is justified by the importance of the debate on gender and race, both in relation to the formation of Brazilian socio-spatial structures and in the struggle against everyday and structural racism.

**Keywords:** Race; Gender; Structural racism.

## INTRODUÇÃO

*“O corpo da mulher negra é o território onde se inscrevem as marcas da opressão de gênero, de classe e de raça.” Sueli Carneiro.*

A frase de Sueli Carneiro representa a potência em se compreender o território do corpo da mulher negra, como espaço de disputa social e política. Atenta-se para o fato de que, assim como o território, o corpo da mulher negra é invadido, explorado e, muitas vezes, submetido a vários tipos de violência. Todo esse processo de objetivação do corpo negro enquanto exploração econômica, sexual e de controle, mostra que a experiência da mulher negra não consegue ser representada apenas por uma luta contra o racismo ou sexismo, e sim por uma luta que une estes eixos de percepção crítica e social. O texto é escrito por duas mulheres, uma geógrafa e uma historiadora, uma mulher branca e uma mulher preta. Cada uma têm suas próprias histórias de vida e experiências particulares, mas com a firme convicção de que o debate sobre gênero e raça é essencial para construir um pensamento antirracista e uma sociedade mais justa.

A discussão sobre como gênero e raça formam o espaço da sociedade brasileira e parte da necessidade em entender que não são temas apenas de identidade ou situações casuais, mas eixos importantes para a vida social, política e econômica. Em nossa formação histórica, a colonização e a escravidão edificaram hierarquias persistentes, sedimentadas tanto no imaginário quanto nas instituições. É por essa linha de pensamento que autoras como Garcia (2020) Silva (2005) Kilomba (2020) oferecem ideias para entender e testar os modos que seguiram as desigualdades além das maneiras de resistência, a partir das experiências das mulheres negras.

A análise e leitura acerca do conceito de território, parte da ideia de que não corresponde apenas ao espaço físico ocupado ou negado, mas também o espaço simbólico da fala, o espaço político de escolher, o espaço institucional para elaboração de leis e o espaço diário e do cotidiano, em que travam lutas por validade. Para Saquet (2007), o território corresponde a um recorte ou espectro do espaço geográfico, o qual é definido então por e a partir de relações de poder, apropriação ou/e uso dele. Para Raffestin (1993), as relações de poder estão na origem do território e pode projetar-se por meio dele e, assim, limitar seu poder sobre o espaço.

Para Silva (2005), a abordagem numa perspectiva feminina acerca da produção do espaço, é considerada, por muitos, de menor importância na análise e discussão do espaço geográfico. E a utilização do conceito de gênero na Geografia deve considerar o que este é [...] “dinâmico, que constrói e é construído pelas experiências e vivências cotidianas espaciais a partir de representações”. (Silva, 2005, p. 42). Com o pensamento orbitando esta temática, é possível expandir as possibilidades desse campo da Geografia, adquirindo novos olhares e novas percepções sobre o papel da mulher nos processos de reprodução no território. A este respeito, Martínez et.al (1995) ressaltam que:

Existem, em linhas gerais, três grandes áreas na Geografia onde é fundamental o enfoque de gênero. São elas: “1) as relações existentes entre gênero e conceitos chave na Geografia como são o espaço, o lugar e a natureza; o espaço enquanto construção social e de gênero, o conceito de lugar e a importância que em sua definição introduzem as diferenças de gênero, a relação entre gênero e natureza (o meio ambiente em seu sentido amplo); 2) as diferenças territoriais nos papéis e relações de gênero; 3) o uso e experiência diferenciais do espaço entre homens e mulheres, em distintas escalas: desde a escala local (utilização do espaço cotidiano, por exemplo) a global (movimentos migratórios transnacionais)” (Martínez et.al.1995, p.18).

Ao examinar a presença de mulheres negras nesses movimentos, Garcia (2020) evidencia que o protagonismo reivindicado por elas não é mera questão de representatividade numérica, trata-se de redefinir agendas, repertórios de ação e a gramática da própria luta. Percebe-se, que as experiências de luta em torno das discussões acerca de gênero, feminismo, dominação masculina e do papel da mulher nas relações no território são impulsionadoras de transformações além de territoriais, culturais, simbólicas e representacionais.

O presente texto estrutura-se a partir de uma leitura acerca do debate entre gênero e raça, numa perspectiva da ciência geográfica como referência de análise. Além da revisão bibliográfica de conteúdo, por meio de artigos e pesquisas, o texto contém a descrição da vivência acerca do racismo como ação no cotidiano de uma das autoras. Além disso, o artigo justifica-se pela importância em debater acerca de gênero e raça numa perspectiva de experiências vividas e a partir do conhecimento científico, a fim de estabelecer ideias de mudança e inconformidade a respeito do racismo estrutural que limita a formação socioespacial brasileira. Quando ressaltamos o assunto acerca destes temas estamos propondo uma conjuntura de análise e de reflexão para o conhecimento científico, bem como uma proposta de valorização do debate.

## **O DEBATE ACERCA DE GÊNERO E RAÇA**

Para pensar e discutir a respeito das lutas vividas e construídas pelas mulheres, é necessário a abordagem a respeito do conceito que envolve o gênero. Para Scott (1995), ele é tido como componente base das relações sociais, determinadas aqui entre homens e mulheres. Isso faz parte de um processo social e histórico, o qual pode definir, por exemplo, o sentido de masculinidade e feminilidade, que resulta nos padrões comportamentais existentes na sociedade. Esses mesmos são seguidos e aclamados ou muitas vezes, debatidos. Desta forma há uma busca pela “igualdade entre gêneros”.

Para Miguel e Birolli (2014) não é exagero dizer que essa percepção e discussão a respeito de gênero é que funda o feminismo contemporâneo. O corpo é determinante nas relações sociais, porém, por si só não é capaz de definir alguém enquanto homem, ou enquanto mulher. Com estes papéis sociais delimitados pelo gênero, os quais

constituem a dominação masculina, na condição de que o homem tem a “força” e o “poder” sobre a mulher, a violência se torna evidente nessas relações. Conforme salientam Arruzza, Bhattacharya e Fraser (2019, p. 58):

Profissionais da área de pesquisa estimam que, em termos globais, mais de uma a cada três mulheres vivenciou alguma forma de violência de gênero ao longo da vida. Muitos dos perpetradores são parceiros íntimos, responsáveis por 38% dos assassinatos de mulheres. Podendo ser física, emocional, sexual ou todas elas, a violência por parceiros íntimos acontece em toda a sociedade capitalista – em todo país, toda a classe e todo grupo étnico-racial. Longe de ser acidental, ela está enraizada na estrutura institucional básica da sociedade capitalista.

Cotidianamente e de maneira quase imperceptível, a desigualdade de gênero, assim como outros tipos de segregação social, mantém-se como um fenômeno estrutural e cultural, o qual é difundido por instituições como escola, família, empresas privadas e igrejas. Esse projeto visa a manutenção da estrutura machista na sociedade, o lugar da mulher é constantemente confinado ao ambiente doméstico, ao lar e aos cuidados dos filhos e da família.

O debate sobre raça e gênero no Brasil encontra em Lélia Gonzalez uma referência incontornável, sobretudo por sua capacidade de evidenciar como esses marcadores se articulam de forma inseparável na experiência social das mulheres negras. Ao problematizar o mito da democracia racial e denunciar os estereótipos que historicamente enquadraram a mulher negra em papéis subalternizados, Gonzalez desloca o olhar para aquilo que ela entende como a dimensão simbólica da opressão – aquela que naturaliza desigualdades e produz subjetividades feridas. Sua análise demonstra que gênero, raça e classe não podem ser entendidos como categorias isoladas, mas como eixos simultâneos de hierarquização que estruturam o cotidiano brasileiro (Gonzalez, 1984). Assim, incorporar o pensamento de Lélia Gonzalez ao debate contemporâneo significa reconhecer que a discussão sobre desigualdades demanda uma perspectiva interseccional capaz de revelar as camadas profundas do racismo e do sexismo que conformam nossa vida social.

Debater sobre raça no Brasil exige um olhar cuidadoso a sua própria formação histórica. O efeito histórico de escravidão não sumiu, mas seguiu refletido em políticas e ações sociais que restringia o direito e as oportunidades para pessoas negras. Essa realidade mostra que as desigualdades não são explicadas só por dinheiro, mas por jeitos de poder que ligam raça, classe e gênero para fazer desigualdades sociais.

Para Garcia (2020), quando as demandas das mulheres negras são empurradas para as margens, o que se repete é um padrão de hierarquia interna que reproduz, dentro do campo contestatório, as desigualdades contra as quais se luta fora. A briga por espaço, neste caso, é a luta por mudar o que é visto como “principal” e o que é deixado na extremidade dos debates, corrigindo visões distorcidas do passado e mudando o eixo de produção de saber sobre a própria experiência do racismo e do sexismo.

## EXPERIÊNCIAS DO COTIDIANO – NOTAS DA AUTORA<sup>1</sup>

Para Kilomba (2020), as violências raciais e sexistas não se apresentam como camadas separadas, mas como uma textura única do cotidiano. Quando a autora narra os “episódios de racismo cotidiano”, evidencia que não se trata de incidentes episódicos ou desvios morais individuais, são práticas inscritas na normalidade social, naturalizadas por discursos científicos, midiáticos e institucionais que, historicamente, erotizaram, animalizaram e desumanizam as mulheres negras. Esses marcadores não operam apenas no plano das ofensas diretas ou dos estereótipos explícitos. Eles se manifestam como expectativa social sobre o lugar que essas mulheres “devem” ocupar: certos trabalhos que lhes são naturalizados, certas formas de falar que lhes são cobradas, determinadas emoções que lhes são interditas ou exigidas. Para Kilomba (2020), o racismo genderizado se revela, por exemplo, quando a competência de uma mulher negra é constantemente posta à prova, quando sua autoridade é questionada em ambientes profissionais, quando sua presença em espaços de alta qualificação suscita surpresa, vigilância ou desconfiança; e quando, no limite, sua dor é banalizada e seu corpo é tomado como disponível.

Escrever este artigo é, antes de tudo, um ato de autoexposição. Não foi simples chegar até aqui, pois a escrita só se tornou possível quando me permiti olhar para dentro de mim e encarar experiências que, por muito tempo, preferi silenciar. Mais do que revelar algo ao outro, este processo revelou a mim mesma como os indícios de um “não lugar” sempre estiveram presentes na minha trajetória, sinalizados sorratoriamente por olhares, palavras e gestos que insistiam em dizer quem eu não era.

Falar sobre relações étnico-raciais nunca foi um caminho linear, pelo contrário, exigiu enfrentar dores profundas, crises emocionais, questionamentos sem resposta e um sofrimento que deixou marcas também no corpo. Descobri que minhas histórias não eram só minhas. A partir disso, compreendi a potência do ato de escrever. Para mulheres negras, escrever não é apenas organizar ideia, é resistir. Cada palavra carrega um peso histórico, porque por muito tempo nossas vozes foram silenciadas e invisibilizadas.

Essa experiência pessoal não é isolada, mas parte de uma realidade coletiva vivida por inúmeras mulheres negras. Ao narrar essas vivências, percebo como o que parece individual se conecta a processos sociais mais amplos, marcados pelo racismo estrutural e pelo sexismo. A escrita dessa forma se torna uma ponte entre o que está dentro e a análise crítica, ajudando a ver como histórias individuais mostram desigualdades que não somem e como essas desigualdades afetam

---

<sup>1</sup> A experiência descrita nesta seção nasce da vivência de uma das autoras, que, a partir do seu lugar de fala enquanto mulher negra, compartilha situações de racismo presentes em seu cotidiano. Entendemos que trazer essa experiência é essencial, pois ela não apenas amplia e aprofunda a análise proposta, também reafirma o valor da vivência pessoal.

diretamente o jeito que nossas vozes são atendidas, aceitas ou ignoradas nos locais onde o saber é feito.

Ao evidenciar as dimensões micropolíticas do dia a dia, Kilomba (2020) nos dá ferramentas para entender por que, até em lugares “progressistas” ou nos movimentos sociais com justiça, a repetição de violências pequenas continua. As micro agressões, os silenciamentos, a exigência de que mulheres negras se expliquem em termos pedagógicos para públicos brancos, tudo isso compõe a matéria da qual é feito o cotidiano do racismo genderizado. Conforme Kilomba (2020, p. 80) aponta em:

O termo “cotidiano” refere-se ao fato de que essas experiências não são pontuais. O racismo cotidiano não é um “ataque único” ou um “evento discreto”, mas sim uma “constelação de experiências de vida”, uma “exposição constante ao perigo”, um “padrão contínuo de abuso” que se repete incessantemente ao longo de biografia de alguém - no ônibus, no supermercado, em uma festa, no jantar, família.

E é precisamente esse cotidiano que, somado, limita a potência de participação política e de elaboração intelectual dessas mulheres, consumindo tempo e energia na administração das violências e desviando-as das tarefas criativas e estratégicas que poderiam conduzir as lutas a outro patamar. Carneiro (1995) critica a insuficiência das respostas que depositam no mérito individual a solução de desigualdades históricas. A valorização de trajetórias de exceção que muitas vezes são celebradas como prova de que “quem quer, consegue” funciona como contrarréplica ideológica que reforça a naturalização do insucesso da maioria, convertendo questões estruturais em moralismos sobre esforço e disciplina.

No plano da experiência, percebe-se que a violência cotidiana descrita por Kilomba (2020), opera como um custo oculto que incide diretamente sobre a trajetória educacional e profissional, minando a confiança, retardando progressos e alimentando ciclos de retração social. No plano organizacional, nota-se que os movimentos sociais, quando não revisam seus repertórios e práticas, podem converter-se em arenas que reproduzem, sob novas bandeiras, velhas lógicas de exclusão.

No debate sobre ascensão social, Carneiro (1995) insiste em que não basta romper tetos de vidro quando o piso é movediço. O ingresso em universidades e profissões valorizadas, sem redes de proteção e sem transformação cultural, expõe mulheres negras a formas renovadas de violência: tokenismo (a redução de sua presença a um símbolo), hipervisibilidade acompanhada de vigilância, e cobrança para que representem uma coletividade inteira sem margem para falhas. Esse quadro, articulado às experiências descritas por Kilomba (2020), revela a racionalidade perversa das instituições: se o acesso não vier acompanhado de mudanças nas culturas organizacionais, o suposto sucesso individual pode converter-se em experiência de solidão institucional. Ao mesmo tempo, quando movimentos reordenam suas prioridades para acolher as pautas de mulheres negras abre-se a possibilidade de transformar o sucesso individual em capital político coletivo, reduzindo a distância entre presença e poder efetivo.

Essa transformação exige práticas concretas: mentoria e redes de apoio com foco em mulheres negras, transparência de dados com recortes de raça e gênero, formação continuada sobre racismo estrutural e sexismo; protocolos de prevenção e responsabilização em casos de assédio e discriminação, financiamento de coletivos e iniciativas lideradas por mulheres negras em movimentos e instituições, e, sobretudo, disposição para deslocar privilégios.

As cidades brasileiras são marcadas por uma geografia da desigualdade, na qual a racialização do território impõe custos de deslocamento, exposição a violências, acesso diferenciado a serviços e oportunidades. Quando políticas públicas ignoram essas particularidades, acabam por reproduzir o padrão que pretendem combater. Movimentos sociais que emergem desses territórios, liderados por mulheres negras, reconfiguram a pauta ao recolocar a relação entre violência estatal, mercado de trabalho e cuidado como eixo analítico. Essa reorganização do mapa político aciona a análise de Kilomba (2020) sobre como a violência se entranha no cotidiano do ônibus à fila do posto de saúde. Assim, o “espaço” é, simultaneamente, lugar de opressão e de invenção política, e as políticas antirracistas e antissexistas precisam ser, ao mesmo tempo, territoriais e institucionais.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na conjuntura atual percebemos que a luta feminista segue na contramão das amarras impostas pelo modelo patriarcal dominante. Apesar do avanço nos debates, abordagens e discussões a respeito de igualdade de gêneros, ainda é claro na sociedade a desigualdade salarial entre homens e mulheres, sucessivos casos de feminicídio e violência – seja, física, psicológica, sexual, patrimonial ou moral, discursos que menosprezam a figura feminina, baixa representatividade das mulheres na política, entre outros aspectos da sociedade machista. A luta então, representa a tentativa de findar a visão e estrutura patriarcal, passando de uma consciência ingênua para uma perspectiva crítica, ainda que não seja claramente expressa na sociedade.

Organização e estrutura quando trabalhadas conjuntamente, produzem condições mais sólidas para reverter a lógica de exceção, na qual a presença de mulheres negras em lugares de destaque é vista como anomalia a ser tolerada e, muitas vezes, testada. Em seu lugar, afirma-se uma lógica de pertencimento substantivo, que não exige conformidade com expectativas racializadas e generificadas.

Mas há ainda uma dimensão que nos atravessa: a produção de conhecimento. Durante muito tempo, o saber sobre mulheres negras foi produzido a partir de fora, por olhares que objetificam suas experiências. Muitas autoras reivindicam um giro epistemológico que coloca essas mulheres como autoras de sua própria narrativa, deslocando o centro de enunciação e reorganizando o cânone. Esse movimento não é mero adorno teórico; tem efeitos materiais diretos. Quando currículos incorporam autoras negras, quando pesquisas pesquisam com e não apenas sobre seus sujeitos, quando as perguntas de investigação são informadas por experiências concretas de quem enfrenta a intersecção das opressões,

os resultados ganham acurácia, relevância pública e potência transformadora. A disputa pelo espaço do conhecimento é, portanto, parte indissociável da disputa pelos demais espaços.

O caminho está indicado: reconhecer e fortalecer lideranças de mulheres negras, desnaturalizar e nomear as violências do cotidiano, repactuar a organização interna dos movimentos e enfrentar, com políticas públicas persistentes e mensuráveis, as travas estruturais da mobilidade social. Não se trata apenas de tornar o espaço mais “inclusivo”, mas de refundar o sentido do espaço comum, de modo que nele caibam, com autoridade e dignidade, as vidas e saberes que durante séculos foram mantidos nas bordas.

## REFERÊNCIAS

ARRUZZA, Cinzia; BHATTACHARYA, Tithi; FRASER, Nancy. **Feminismo para os 99%: um manifesto**. São Paulo: Boitempo, 2019.

CARNEIRO, Sueli. Gênero, raça e ascensão social. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 3, n. 2, p. 544-544, 1995.

GARCIA, Antônia dos Santos. Espaço, gênero e raça: os movimentos sociais e os desafios contemporâneos. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, v. 12, n. 34, p. 32-53, 2020.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Ciências Sociais Hoje**, ANPOCS, p. 223-244, 1984.

KILOMBA, Grada. Racismo genderizado. In: \_\_\_\_\_. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. São Paulo: Cobogó, 2020. p. 93-110.

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. **Feminismo e política: uma introdução**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2014.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995.

### Contato das autoras:

**autora:** Anna Lígia Alves Coelho  
**e-mail:** annaligiag@gmail.com

**autora:** Evellyn Albernaz Soares  
**e-mail:** evellynalbernaz3@gmail.com

Manuscrito aprovado para publicação em: 07/12/2025